

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 4975/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), na chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF) e no chefe de divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT).* — 1 — Tendo em consideração o disposto no artigo 42.º da Lei da Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR) e nos termos e para os efeitos dos artigos 35.º, 36.º, n.º 2, e 38.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e ainda a coberto do n.º 3 do despacho n.º 1810/2006 (2.ª série), da Secretária-Geral da Assembleia da República, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, delegeo e subdelego na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), Dr.ª Maria José Brandão da Silva Tigeleiro Afonso, na chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF), Dr.ª Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay, e no chefe de divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT), Dr. Fernando Paulo da Silva Gonçalves, as seguintes competências:

1.1 — Competências delegadas:

1.1.1 — Justificar e injustificar faltas dos funcionários afectos às respectivas Divisões;

1.1.2 — Autorizar o pessoal afecto às respectivas Divisões a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo.

1.2 — Competências subdelegadas:

1.2.1 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias dos funcionários afectos às respectivas Divisões;

1.2.2 — Assinar o expediente corrente no âmbito das matérias que correm pelas respectivas Divisões, excluído o excepcionado na delegação de competências que me foi conferida pela secretária-geral, bem como a correspondência dirigida aos titulares dos cargos de direcção superior ou equiparados da administração central, regional e local e aos titulares dos órgãos que funcionam junto da Assembleia da República ou na sua dependência.

2 — Nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do CPA e do n.º 3 do despacho n.º 1810/2006 (2.ª série), melhor identificado no número anterior do presente despacho, subdelego ainda na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração a competência para proceder à assinatura dos termos de aceitação do pessoal não dirigente do quadro da Assembleia da República.

3 — Os chefes de divisão da DRHA, da DGF e da DAPAT mencionarão sempre, no uso das delegações e subdelegações que aqui lhe são conferidas, a qualidade de delegados ou de subdelegados em que praticam os actos por aquelas abrangidas.

4 — Designo, nos termos e ao abrigo do artigo 42.º, n.º 3, da LOFAR e para os efeitos do artigo 41.º, n.º 3, do CPA, a chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Maria Jordão Macedo*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 4976/2006 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 10 de Fevereiro de 2006:

Licenciados José Fernando Inácio, director de serviços de Administração Geral, e Maria Sofia de Jesus Martins, directora de serviços Jurídicos — renovadas as respectivas comissões de serviço, com efeitos a partir de 12 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *Domíngos Pereira de Sousa*.

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho (extracto) n.º 4977/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2006 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Ana Paula Melo Gonçalves Pedro Vitorino — nomeada, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da

Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, com efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2006.

15 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 4978/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente da comissão executiva de 9 de Fevereiro de 2006:

Dina Isabel Ceia Martinho Crespo — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400, do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude, com efeitos a partir da data do despacho.

10 de Fevereiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 4979/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente da comissão executiva de 9 de Fevereiro de 2006:

Maria José Silva — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400, do quadro de pessoal da Delegação Regional de Bragança do Instituto Português da Juventude, com efeitos a 18 de Janeiro.

14 de Fevereiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 230/2006. — Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 86/2001, de 17 de Março, é nomeado director do Gabinete para as relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, o mestre em direito Miguel José Lopes Romão, possuidor de reconhecida aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

3 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota curricular

Miguel José Lopes Romão, nascido em Lisboa, em 8 de Maio de 1977.

É doutorando em Direito/Ciências Histórico-Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com investigação subordinada ao sistema penal e penitenciário português, sendo possuidor de mestrado em Direito/Ciências Histórico-Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com média final de 17 valores (2004) e licenciado em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com média final de 15 valores (2000). Como formação adicional, é titular do Diplôme de Langue de Alliance Française de Paris e detentor do curso do Instituto Nacional de Administração de Feitura de Leis.

No âmbito da sua actividade docente e universitária, é assistente (desde 2004) e foi assistente estagiário (entre 2000 e 2004) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assegurando a leccionação das cadeiras de História do Direito, Direito Romano, História do Pensamento Jurídico e História das Relações Internacionais, sendo igualmente docente do curso de pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação da mesma Faculdade. Foi também docente do curso de formação de Solicitadores de Execução (2004), na cadeira de Direitos Fundamentais e Protecção de Dados Pessoais (Câmara dos Solicitadores). É membro do Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Entre outras actividades de âmbito jurídico, foi adjunto do Ministro da Justiça (entre Setembro de 2005 e Fevereiro de 2006) e consultor jurídico do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, entre 2000 e 2004, trabalhando essencialmente nas áreas do direito penal e processual penal, direito internacional público, comunitário e cooperação judiciária internacional, em projectos de avaliação legislativa, na análise de direito comparado e na redacção e revisão de projectos legislativos. Colaborou ainda com o Gabinete

do Secretário de Estado da Justiça, em 2000, para a área da informação jurídica e institucional.

Em 2005, assumiu ainda funções como director-geral-adjunto do grupo Editorial Prensa Ibérica (Portugal). Tem, para além de colaborações regulares na imprensa, diversos estudos realizados e publicados nas áreas da história do direito e do pensamento político e do direito europeu e internacional.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 231/2006. — Nos termos do disposto no artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2004, de 10 de Abril, o engenheiro agrónomo José António de Sousa Canha.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

14 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

José António de Sousa Canha, engenheiro agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia. Casado, 58 anos de idade, natural e residente em Chiqueada, Alcobaca. Engenheiro assessor principal do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Desempenhava presentemente as funções de director de serviços do Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste com as áreas de hidráulica agrícola, associativismo rural, qualificação profissional, ambiente e ordenamento do território.

Desempenhei as seguintes funções:

- Administrador do IFADAP;
- Assessor do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Representante do MADRP no Ministério da Economia — AUDITRE;
- Provedor do utente do MADRP;
- Director de serviços de Valorização do Meio Rural;
- Director de serviços de Extensão Rural;
- Director da sub-região agrária Caldas da Rainha.

Trabalhei nos seguintes sectores:

- Vitivinicultura;
- Crédito agrícola;
- Horto fruticultura;
- Mercados agrícolas;
- Associativismo agrícola;
- Qualificação profissional;
- Hidráulica agrícola;
- Ambiente e ordenamento do território;
- Desenvolvimento rural;
- Gestão de programas comunitários;
- Auditoria.

Frequentei cursos de pós-graduação sobre administração rural, mercados agrícolas, desenvolvimento rural, tecnologias de produção, conservação e comercialização e auditoria, em Portugal, Israel, Holanda, Alemanha, França, Suécia e Espanha.

Desempenhei missões técnicas em França, Holanda, Alemanha, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Aviso n.º 2759/2006 (2.ª série). — Em conformidade com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do estipulado no artigo 96.º do mesmo decreto-lei, comunica-se a todo o pessoal dos serviços de apoio a este Gabinete que pode deduzir

no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* reclamação acerca da organização da lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2005, aprovada e oportunamente distribuída para consulta do pessoal, nos termos da lei.

17 de Fevereiro de 2006. — O Chefe do Gabinete, *Joaquim Vaz Cariano*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 2760/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Soares Ferreira, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 28 de Junho de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2761/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Niloufar Dibavand, natural de Teerão, República Islâmica do Irão, de nacionalidade iraniana, nascida em 21 de Março de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2762/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Inácio Mendes, natural de Caió, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 4 de Maio de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2763/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Feliciano de Brito, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 17 de Novembro de 1947, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2764/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 9 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Arshbir Singh, natural de Chandigarh, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascido em 15 de Maio de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

9 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.